



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 – Centro – CEP 15010-060

FONE (17) 3214-7777 | FAX (17) 3214-7788 - [www.riopreto.sp.leg.br](http://www.riopreto.sp.leg.br)



**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A., PARA VIABILIZAR A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E VEREADORES, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024  
PROCESSO Nº 047/2024  
CONVÊNIO Nº 02/2025**

Pelo presente instrumento é firmado Termo de Convênio entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, pessoa de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.857.894/0001-71, com sede na Rua Silva Jardim, nº 3357, Centro, nesta cidade de São José do Rio Preto – SP, CEP 15010-060, doravante denominada **CONSIGNANTE**, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **LUCIANO DE OLIVEIRA JULIAO**, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], e a Instituição Financeira **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.038.232/0001-64, com sede no SIG, Quadra 06, lote 2080, bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF, CEP 70.610-460, doravante denominada **CONSIGNATÁRIA**, neste ato representada por **FERNANDO JOSÉ SOUZA QUINTÃO**, Supervisor, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e **ANDREA RIBEIRO LYRA**, Gerente Operacional de Crédito, portadora da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED] que se regerá, além da legislação pertinente, pelas cláusulas e condições que seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** O presente convênio tem por objeto a concessão de empréstimo pessoal em condições especiais, com redução de juros praticados, aos servidores públicos e vereadores, com consignação em folha de pagamento, conforme Anexo I – Termo de Referência.

**1.1.1** Cada processo de crédito será tratado de forma individual, ou seja, cada servidor será responsável diretamente pelo contrato de crédito que assinar e responderá por todas as questões inerentes ao mesmo.

**1.1.2** O desconto efetuado no pagamento não poderá exceder 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração ou dos vencimentos percebido pelo servidor, deduzidos todos os descontos, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**2.1** Na contratação de empréstimo pessoal, firmada por servidores da **CONSIGNANTE** junto à **CONSIGNATÁRIA**, deverão ser observadas as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil, bem como as disposições pertinentes do Código Civil e legislação correlata.

**2.2** A contratação de empréstimo constitui operação firmada exclusivamente entre a **CONSIGNATÁRIA** e o beneficiário, cabendo unicamente a essas partes zelarem pelo seu cumprimento.

**2.2.1** Cada servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a **CONSIGNATÁRIA** que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir.



**2.2.2** Por sua vez, a CONSIGNATÁRIA por ele contratada, responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário.

**2.2.3** No ato da contratação, **a soma das consignações não poderá exceder a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração ou dos vencimentos, deduzidos todos os descontos** (compreendendo: contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS; contribuição para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS; obrigações decorrentes de lei ou de decisão judicial; imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza - IRPF; reposições e indenizações ao erário municipal).

**2.2.4** No caso de cancelamento ou redução do valor consignado mediante decisão judicial, as obrigações vencidas ou vincendas serão de exclusiva responsabilidade do servidor.

**2.2.5** No “Quadro 1”, encontra-se a quantidade de servidores da CONSIGNANTE, distribuídos por forma de provimento, tendo por base o dia 30 de abril de 2024:

<b>Quadro 1 - Quantidade de Servidores</b>	
<b>Forma de Provimento</b>	<b>Quantidade</b>
Servidores Efetivos	64
Servidores Comissionados	63
Vereadores	17
<b>Total</b>	<b>144</b>

**2.2.5.1** Haja vista que existe concurso público em andamento para preenchimento de novos cargos efetivos desta Câmara, bem como que haverá um aumento no número de vereadores a partir da próxima legislatura a iniciar em 1º/01/2025, **a projeção de quantidade de servidores a partir de 2025 é a seguinte:**

<b>Quadro 2 – Projeção de servidores a partir de 2025</b>	
<b>Forma de Provimento</b>	<b>Quantidade</b>
Servidores Efetivos	97
Servidores Comissionados	81
Vereadores	23
<b>Total</b>	<b>201</b>

**2.2.6** Tendo em vista que o mandato dos Vereadores tem fim determinado, o prazo total dos contratos de empréstimo consignado para os ocupantes destes cargos não poderá ser superior ao prazo restante para o término da legislatura vigente.

**2.2.6.1** Quando se tratar de Vereador em mandato como suplente, como o término de tal mandato poder ocorrer antes do término da legislatura, fica facultado à CONSIGNATÁRIA conceder ou não crédito consignado nestes casos, permanecendo o prazo máximo como o término da legislatura vigente, ENTRETANTO, fica a CONSIGNANTE eximida de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto por término do mandato do vereador suplente antes do término da legislatura vigente.

**2.2.7** Semelhante ao disposto no subitem 2.2.6.1, fica facultado à CONSIGNATÁRIA conceder ou não crédito consignado aos servidores comissionados, por estes ocuparem cargos de livre nomeação e exoneração, podendo ser desligados do cargo a qualquer tempo, ficando o prazo máximo para os cargos lotados em Gabinetes de Vereadores como o término da legislatura vigente e para aqueles lotados no Gabinete da Presidência e Diretorias, o término do mandato do Presidente da Câmara à época da contratação do empréstimo. De igual forma, fica a CONSIGNANTE eximida de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto por exoneração do servidor comissionado antes dos prazos máximos supracitados.



**2.3 A CONSIGNANTE não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pela CONSIGNATÁRIA, restringindo sua responsabilidade à mera informação da margem consignável disponível do respectivo servidor, à averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à CONSIGNATÁRIA em relação às operações livremente convencionadas.**

**2.3.1** A CONSIGNATÁRIA será responsável exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a CONSIGNANTE.

**2.3.2** Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor da folha, fica a CONSIGNANTE eximida de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto.

**2.3.2.1** O período de férias remuneradas não desonera o pagamento da parcela devida naquele mês, devendo a CONSIGNANTE descontar a parcela deste período no adiantamento pago ao servidor.

**2.3.3** As condições de concessão de empréstimo devem ser definidas em conformidade com as normas legais vigentes e, quando importarem alterações das condições que sejam necessárias face à atuação administrativa ou em casos em que seja necessária a anuência, serão apresentadas à apreciação da CONSIGNANTE, através de ofício.

**2.4** A CONSIGNATÁRIA deverá cumprir às obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência e neste Termo de Convênio.

**2.5** A qualquer tempo, no caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do convênio, a CONSIGNANTE poderá promover o descredenciamento da CONSIGNATÁRIA, não permitindo novos contratos de empréstimo consignado, porém, respeitando os já firmados, até que se finalizem as parcelas vincendas, ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993.

**2.6** As instituições financeiras deverão, por ocasião da assinatura do Termo de Convênio e, após, quando solicitado pela Consignante e/ou até o último dia de cada mês em que houver alteração, encaminhar para divulgação aos servidores, informação quanto às taxas máximas de juros e todos os demais encargos inerentes à operação que serão praticados na concessão de empréstimo pessoal no mês subsequente.

**2.6.1** O não cumprimento da obrigação prevista no item 2.6 poderá implicar na desativação temporária da credenciada até a regularização da situação infracional.

**2.6.2** A CONSIGNANTE não será responsável pelos dados informados pela CONSIGNATÁRIA, competindo-lhe, sempre que provocada, a adoção de providências nos casos em que as taxas e encargos praticados divergirem daquelas informadas.

**2.7** A CONSIGNATÁRIA que for descredenciada não poderá omitir ou dificultar o fornecimento de saldos, boletos e demais elementos necessários à recompra de dívida por outra instituição financeira.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNANTE:**

**3.1** Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização deste convênio, mediante recibo.



**3.2** Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor da CONSIGNATÁRIA.

**3.3** Repassar à CONSIGNATÁRIA, até o dia 01 (um) do mês subsequente ao desconto, o total dos valores averbados.

**3.3.1** A data do desconto das parcelas será considerada a do dia do pagamento da folha dos servidores: até o penúltimo dia útil de cada mês.

**3.4** Comunicar à CONSIGNATÁRIA, mensalmente, até a data o crédito do salário, os servidores ativos que não sofreram desconto ou que suportaram desconto inferior ao solicitado no arquivo enviado, indicando o motivo.

**3.5** Acatar os parâmetros e normas operacionais da CONSIGNATÁRIA vigentes e sua programação financeira.

**3.6** Indeferir pedido efetuado por servidor sem a aquiescência da CONSIGNATÁRIA, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito.

**3.7** Disponibilizar expressamente ao servidor o valor do saldo da margem consignável e disponível para a contratação do crédito (Carta Margem).

**3.8** Acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio através da Comissão de Gestores de Contrato, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.9** Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**3.10** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA**

**4.1** Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, garantindo condições especiais aos servidores da CONSIGNANTE, respeitadas as condições estabelecidas neste Convênio.

**4.2** Respeitar o limite legal para a margem consignável emitida expressamente pela CONSIGNANTE, sendo que o total dos empréstimos e das demais consignações não poderá exceder ao valor equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração ou dos vencimentos, deduzidos todos os descontos, conforme disposto no subitem 5.2.3 do Termo de Referência – Anexo I.

**4.3** Não cobrar valores e encargos excedentes nos empréstimos não permitidos em lei, tais como taxas de administração, comissão de permanência, juros capitalizados mensais, taxa de abertura de crédito – TAC.

**4.4** Permitir à CONSIGNANTE o acompanhamento e a fiscalização dos serviços.

**4.5** Fornecer aos servidores os formulários de Contrato de Crédito Pessoal, Solicitação de Certidão de Reserva de Margem Consignável e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento, bem como outros formulários que se fizerem necessários à formalização das operações.





**4.6** Quando solicitado pela CONSIGNANTE, a CONSIGNATÁRIA terá o prazo de no máximo 02 (dois) dias antes do fechamento da folha de pagamento, para apresentar a autorização de desconto em folha de pagamento firmada por escrito pelo servidor, sob pena de advertência.

**4.6.1** Para efeitos do disposto no Edital e anexos, o fechamento da folha de pagamento é realizado até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a efetivação do pagamento aos servidores até o penúltimo dia útil de cada mês, ressalvadas decisões diversas exaradas pela autoridade competente.

**4.7** Notificar o servidor ativo que deverá comparecer junto à agência da CONSIGNATÁRIA, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a sua exclusão a folha de pagamento, bem como da redução de sua margem consignável e consequente alteração o valor descontado, a fim de negociar o pagamento da dívida.

**4.7.1** Cobrar diretamente do consignado o saldo devedor do empréstimo, por ocasião de afastamento ou desligamento, que acarrete suspensão da amortização em folha de pagamento;

**4.8** Disponibilizar à CONSIGNANTE, por ocasião da assinatura do Termo de Convênio e, após, até o último dia de cada mês em que houver alteração, informações sobre as taxas de juros e demais condições e encargos para contratação de empréstimo, mantendo estas informações atualizadas mensalmente ou sempre que houver qualquer alteração, para divulgação aos servidores.

**4.9** Providenciar, diretamente com os servidores, cópias de seus documentos pessoais, últimos contracheques, comprovante de residência e demais documentos exigíveis pela CONSIGNATÁRIA para firma contrato de empréstimo.

**4.10** Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga a CREDENCIADORA, por parte do servidor devedor, de autorização de caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte da cláusula específica do contrato de empréstimo.

**4.10.1** Conservar em seu poder, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do término da consignação, a prova do ajuste celebrado com o servidor.

**4.11** Encaminhar ao Departamento Pessoal da CONSIGNANTE, em arquivo eletrônico, pelo e-mail [dp@riopreto.sp.leg.br](mailto:dp@riopreto.sp.leg.br), até o dia 16 (dezesesseis) de cada mês corrente do desconto documento(s) especificando:

**a)** a relação de todos os servidores que deverão ter o desconto do empréstimo no mês em vigor, contendo o nome completo, CPF e número da matrícula dos servidores, os valores das prestações a serem consignadas, mês de início e término, para que a CONSIGNANTE proceda os devidos descontos em folha de pagamento;

**b)** autorizações de desconto assinadas pelos servidores por ocasião da inclusão de novo contrato de crédito consignado firmado;

**c)** Boleto ou dados bancários para depósito dos valores consignados em folha de pagamento.

**4.11.1** Extrapolado o prazo estabelecido no subitem 4.8, o desconto não será realizado.

**4.12** Providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação, de acordo com as informações e solicitações da CONSIGNANTE, nas situações previstas neste Convênio.



**4.13** Em caso de desconto indevido, ressarcir o servidor público no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação expedida pela CONSIGNANTE.

**4.14** Fornecer a posição de dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pelo servidor, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho do servidor ou qualquer outro afastamento sem remuneração.

**4.14.1** Em caso de liquidação antecipada, na modalidade empréstimo ou financiamento, excluir a respectiva consignação da relação descrita no item 4.11 ou informar formalmente ao Departamento Pessoal da CONSIGNANTE, caso tal relação do respectivo mês já tenha sido enviada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do adimplemento da obrigação.

**4.14.2** Não cobrar encargos adicionais quando da liquidação antecipada do empréstimo ou financiamento.

**4.14.3** Prestar aos consignados, na modalidade empréstimo e financiamento, informações completas sobre o direito à portabilidade.

**4.15** Utilizar as ferramentas disponibilizadas pela CONSIGNANTE para a gestão da margem e consignação.

**4.16** Receber as reivindicações apresentadas a Comissão de Gestores de Contrato, procurando dar-lhe o devido retorno quanto aos pleitos formulados;

**4.17** Manter, durante a vigência do convênio, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes necessários para tal verificação;

**4.18** Por ocasião de admissão de novas consignações, apresentar autorização por escrito do consignado, ou, ainda, por outros meios desenvolvidos pelos consignatários que garantam a segurança da operação realizada pelo servidor, o sigilo de seus dados cadastrais e a comprovação de aceitação, podendo o consignante requisitar ao consignatário, a qualquer tempo:

**a)** a comprovação da autorização do desconto;

**b)** a ratificação da autorização de desconto, a ser providenciada pelo consignatário no prazo de no máximo 02 (dois) dias antes do fechamento da folha de pagamento, sempre que houver dúvida quanto à manifestação de vontade do consignado, ou na ausência do documento de autorização.

**4.19** A CONSIGNATÁRIA deve, obrigatoriamente, ter representante com endereço comercial fixo, na cidade de CONSIGNANTE, com competência para dirimir as questões decorrentes das consignações, enquanto a instituição possuir contratos de empréstimos consignados em vigor, sob pena de responsabilização cível e penal.

**4.20** Não ceder:

**a)** a terceiros toda e qualquer informação sobre os contratos em consignação celebrados, salvo durante as operações de crédito realizadas com correspondentes bancários, contratados nos termos da regulamentação vigente, expedida pelo Banco Central do Brasil;

**b)** o seu código ou subcódigo e suas espécies de descontos ou utilizá-los para fins diversos daqueles para os quais tenham sido autorizados.

**4.21** Não transferir sua administração, total ou parcialmente, a terceiros.



**4.22** Não ofertar produtos e serviços financeiros nas dependências da consignante, bem como utilizar sua rede de contatos para divulgação de produtos, exceto quando se tratar de ações e capacitação, educativas e/ou culturais, decorrentes de parceria estabelecida.

**4.23** Assegurar, aos consignados, no prazo de até 5 (úteis) dias, contados da data de solicitação pelo interessado:

a) o acesso às informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões, explicitando, inclusive, direitos e deveres;

b) o fornecimento tempestivo de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES CONJUNTAS DA CONSIGNANTE E DA CONSIGNATÁRIA FRENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - “LGPD”**

**5.1** Observar as políticas de privacidade necessária para o tratamento de dados e cumprir as normas de proteção de dados aplicáveis à espécie, notadamente a Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - “LGPD”).

**5.2** Possuir estrutura operante para recepcionar e atender, de forma adequada, petições e/ou comunicações dos titulares de dados pessoais, nas quais seja exigido o cumprimento a qualquer dos direitos previstos na LGPD.

**5.3** Guardar registro de todas as operações de tratamento de dados efetuadas em razão do cumprimento deste Contrato, e a compartilhá-las entre si, de forma estruturada, sempre que for necessário para cumprir a LGPD.

**5.4** Adotar as medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais tratados, de acordo com as melhores práticas de tecnologia e segurança da informação.

**5.5** Caso ocorra um incidente envolvendo dados pessoais, notificar a outra parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ter ciência do fato, descrevendo, pelo menos, a natureza dos dados pessoais afetados; as informações sobre os titulares envolvidos; as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; os riscos relacionados ao incidente; os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

**5.6** Caso ocorra um incidente envolvendo dados pessoais, imediatamente disponibilizar pessoal habilitado e a empreender todos os esforços necessários para remediar o incidente, de forma alinhada entre as partes.

**5.7** Obter a anuência prévia da outra parte, por escrito, para fins de qualquer subcontratação ou compartilhamento para terceiro de dados pessoais objeto deste termo, bem como garantir a submissão desse terceiro às mesmas obrigações aqui previstas no que se refere à confidencialidade e ao atendimento à legislação de proteção de dados pessoais.

**5.8** Imediatamente, ao final da vigência do presente termo, excluir todo e qualquer dado pessoal acessado da outra parte ou tratado em decorrência deste termo, inclusive em backups e arquivos externos, estando apta a comprovar essa exclusão de dados, sempre que for solicitado.



## **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO**

**6.1** O presente Termo de Convênio terá **vigência de 60 (sessenta) meses**, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação formal, mantendo-se, porém, em pleno vigor, as obrigações assumidas pela CONSIGNANTE, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

**6.1.1** No mínimo a cada 12 (doze) meses contados da assinatura deste Termo de Convênio, a CONSIGNATÁRIA deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sob pena de suspensão temporária ou rescisão do Convênio, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações anteriormente assumidas, conforme definido nas cláusulas do próprio Termo.

**6.1.1.1** Independente do disposto no subitem 6.1.1, a CONSIGNANTE resguarda o direito de, a qualquer tempo, solicitar informações e documentos a CONSIGNATÁRIA para comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1** Inexiste a indicação e destaque de recursos orçamentários e financeiros provenientes da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, considerando que o pagamento dos empréstimos é de responsabilidade exclusiva dos servidores e vereadores que contratarem empréstimos consignados com a CONSIGNATÁRIA, sendo a CONSIGNANTE intermediária dos pagamentos efetuados pelos servidores e vereadores, através de retenção na fonte em conta extra orçamentária e repassados os valores para as futuras credenciadas.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA DATA DO PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS**

**8.1** O crédito dos vencimentos dos servidores da CONSIGNANTE ocorrerá **até o penúltimo dia útil de cada mês**.

**8.1.1** A CONSIGNANTE efetuará o repasse/pagamentos definidos nos itens precedentes, **até o dia 01 (um) do mês subsequente ao desconto**, após a comunicação pela CONSIGNATÁRIA para desconto em folha do pagamento do servidor ou vereador.

**8.1.2** A comunicação pela CONSIGNATÁRIA, dos valores de empréstimos a serem descontados dos servidores, deverá ocorrer **até dia 16 (dezesesseis) do respectivo mês**, sob pena de não efetuar o repasse no mesmo mês.

**8.1.3** O eventual inadimplemento por parte do servidor da CONSIGNANTE, não importará em responsabilidade financeira por parte da CONSIGNANTE, ficando a CONSIGNATÁRIA, no entanto, autorizada a suspender o serviço em relação ao servidor inadimplente;

**8.1.4** Os pagamentos a serem efetuados pela CONSIGNANTE, não obstante o prazo fixado, obedecerão às normas da Lei Federal 14.133/21 e posteriores alterações.

**8.1.5** Na hipótese de divergência com as condições contratadas, a CONSIGNANTE apresentará as razões em declaração expressa, ficando estabelecido que o novo prazo para pagamento será contado a partir da data da correção das condições contratadas.





**8.1.6** A CONSIGNANTE pagará mediante depósito em conta ou boleto bancário em nome da empresa CONSIGNATÁRIA, conforme definido e informado por esta, dentro dos prazos previstos neste instrumento, os valores descontados dos servidores em folha de pagamento, no respectivo mês.

## **CLÁUSULA NONA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

**9.1** A CONSIGNATÁRIA deverá garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a lhe ser confiados ou que venha a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros ou pessoa diversa dos que forem designados pela CONSIGNANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1** Os serviços decorrentes da execução deste Termo de Convênio, serão acompanhados, fiscalizados, supervisionados e atestados pela Comissão de Gestores de Contrato nomeada pela Câmara Municipal, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais e legais.

**10.1.1** A referida Comissão avaliará, especialmente, se os juros praticados em decorrência deste Termo de Convênio estão inferiores aos praticados pela CONSIGNATÁRIA junto ao mercado, podendo a CONSIGNANTE recorrer, a qualquer momento, ao que se estabelece este Termo, caso não se observe a prática de taxas de juros reduzidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO**

**11.1** Na execução do presente Convênio é vedado à CONSIGNANTE e à CONSIGNATÁRIA e/ou a funcionário seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a)** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b)** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Convênio;
- c)** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Convênio, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d)** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Convênio; ou
- e)** De qualquer maneira fraudar o presente Convênio; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015 e suas alterações posteriores, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o presente Convênio.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS HIPÓTESES DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO TERMO DE CONVÊNIO PELA CONSIGNATÁRIA:**

**12.1** Fica facultado à CONSIGNATÁRIA suspender a execução do Termo de Convênio quando:

**a)** a CONSIGNANTE não repassar à instituição os valores averbados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente ao desconto;

**b)** os valores repassados pela CONSIGNANTE no prazo de 12 (doze) meses forem inferiores a 90% (noventa por cento) do total que deveria ser repassado no mesmo período;

**c)** houver mudanças na política governamental ou operacional da instituição, que recomendem a suspensão das contratações, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**12.3** A suspensão da execução do Termo de Convênio não desobriga a CONSIGNANTE de continuar realizando as averbações das prestações e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados, ressalvado o que dispõe o item 2.3.2 deste Termo.

**12.4** O Termo de Convênio terá a sua execução restabelecida após a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

**12.5** A CONSIGNANTE não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pela CONSIGNATÁRIA, restringindo-se sua responsabilidade à mera averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à CONSIGNANTE em relação às operações livremente convencionadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E DO DESCREDENCIAMENTO**

**13.1** Pela infração às condições estabelecidas neste instrumento, a CONSIGNATÁRIA estará sujeita à aplicação das penalidades de:

**I - Advertência:** pelo descumprimento de menor importância das obrigações dispostas neste termo.

**II – Multa** de 0,5% (um décimo por cento) por dia de atraso, com base no valor da quantia recebida indevidamente, descontado no momento do repasse do mês subsequente à infração: no caso de descumprimento ao disposto na cláusula 4.13.

**III - Suspensão** de novas contratações, por até 30 (trinta) dias, sem prejuízo do ressarcimento correspondente, caso tenha sofrido 3 (três) advertências no período de vigência do credenciamento;

**IV - Descrédito**, quando:

**a)** tiver sofrido 2 (duas) suspensões no período de vigência do Termo de Convênio;

**b)** descumprir as cláusulas 4.20, 4.21 e 4.22 deste Termo.

**c)** descumprir o subitem 6.1.1 ou passar a não possuir algum requisito legal que impossibilite a CONSIGNATÁRIA de realizar consignações em folha de pagamento, conforme exigido no item 4.17 e passível de verificação a qualquer tempo, conforme subitem 6.1.1.1.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 – Centro – CEP 15010-060

FONE (17) 3214-7777 | FAX (17) 3214-7788 - [www.riopreto.sp.leg.br](http://www.riopreto.sp.leg.br)



**13.2** A CONSIGNATÁRIA será notificada da infração a ela imputada para oferecimento de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**13.2.1** O não acolhimento da defesa ou a ausência de sua apresentação no prazo acarretará a aplicação da penalidade prevista para a infração imputada à CONSIGNATÁRIA, mediante despacho publicado no Diário Oficial Diário Oficial da Câmara – atualmente, no Jornal DHoje Interior.

**13.2.2** Poderá ser efetivada a suspensão preventiva de novas contratações, bem como dos descontos em folha do servidor, enquanto perdurar o procedimento instaurado para a verificação de utilização indevida da folha de pagamento, ou a critério da CONSIGNANTE, face à gravidade dos fatos ocorridos e em decisão fundamentada.

**13.2.3** A suspensão preventiva de novas contratações não afetará as consignações já autorizadas.

**13.2.4** Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

**13.3** Na hipótese de descredenciamento, será vedado novo credenciamento da CONSIGNATÁRIA pelo período de 2 (dois) anos.

**13.4** O descredenciamento implicará na revogação deste Termo de Convênio e na denúncia do respectivo Termo firmado.

**13.5** O descredenciamento da CONSIGNATÁRIA não afetará as consignações já autorizadas, devendo a CONSIGNANTE dar continuidade aos descontos até a liquidação dos débitos.

**13.6** É defeso ao servidor que tenha comprovadamente participado de fraudes no processo para obter consignações, mediante simulação, dolo, culpa ou conluio, firmar contratos de consignações de natureza facultativa pelo período de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções previstas na legislação.

**13.7** As penalidades previstas neste instrumento convocatório, tem caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a CONSIGNATÁRIA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONSIGNANTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO

**14.1** O presente termo poderá ser extinto por interesse da CONSIGNANTE, por razões de conveniência e oportunidade, ou por interesse da CONSIGNATÁRIA, em ambos os casos, mediante comunicação formal a ser realizada com 30 (trinta) dias de antecedência.

**14.2** O presente instrumento será automaticamente extinto no caso de descredenciamento da consignatária, nas hipóteses do inciso IV do item 13.1.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

**15.1** Qualquer alteração deste Termo de Convênio somente produzirá efeito se efetuada por escrito e assinada pelos representantes dos Partícipes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 – Centro – CEP 15010-060

FONE (17) 3214-7777 | FAX (17) 3214-7788 - [www.riopreto.sp.leg.br](http://www.riopreto.sp.leg.br)



**15.2** O presente Termo de Convênio não tem caráter de exclusividade, permitindo às partes que realizem acordos semelhantes com outras entidades.

**15.3** O presente Termo de Convênio sujeita-se à Lei Federal nº 14.133/21 com alterações posteriores, às cláusulas constantes nesta avença, ao Edital de Chamamento Público 01/2024 e seus anexos, bem como toda a legislação que trata da matéria.

**15.4** Fica eleito o foro da Comarca de São José do Rio Preto – SP, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação do Edital, deste Convênio e demais atos deles decorrentes.

**15.5** E por estarem as partes justas e de pleno acordo no que se refere aos termos do presente Convênio, firmam-no em 2 (duas) vias de igual teor e validade, perante as testemunhas abaixo nomeadas.

São José do Rio Preto, 03 de fevereiro de 2025.

**LUCIANO DE OLIVEIRA JULIAO**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

**FERNANDO JOSÉ SOUZA QUINTÃO**  
Supervisor

**ANDREA RIBEIRO LYRA**  
Gerente Operacional de Crédito  
**BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.**

**Testemunhas:**

1- \_\_\_\_\_  
**CRISTIANO PEREIRA DA SILVA**  
CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
**ROBERTO CARLOS MENONI JÚNIOR**  
CPF: \_\_\_\_\_





## Documento Original com 12 Página(s)

Gerado eletronicamente via Sisbr



Página de Assinaturas 1 de 1



Senha de acesso: c8eae8

Identificador do arquivo: fd2251ff6f8baf4ed7eb9ea18eead1c3fc2db106524add780e8c01e0bf1d88b4

Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, §2º, da MP 2.200-2/01

Para confirmar a autenticidade acesse: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/autenticidade-de-documentos>

Assinaturas Registradas	Data/Hora	IP/Porta/Dispositivo
<b>FERNANDO JOSÉ SOUZA QUINTÃO</b> ✓ CPF [REDACTED] fernandoj - PROCURADOR b82c4abf3f7fecf6d3c930ced85f651564b12ce9bdb1440f93aba05e622a4f3a	03/02/2025 08:29:08	
<b>ANDREA RIBEIRO LYRA</b> ✓ CPF [REDACTED] - ANDREA.LYRA - PROCURADOR 7d62e15069ad3c9752610cb6135ddaef41594819b8ee49ebd746d4cdb5ba8dd0	03/02/2025 09:31:45	
<b>ROBERTO CARLOS MENONI JUNIOR</b> ✓ CPF [REDACTED] - TESTEMUNHAS 3f4d5a63420ac08411012e83089ace768147405ac56f798cc2b70f5ec15027b4	03/02/2025 11:12:08	10.210.83.85 iPhone 15 iPhone 15
<b>CRISTIANO PEREIRA DA SILVA</b> ✓ CPF [REDACTED] TESTEMUNHAS 28e4b1892ce774aba47c425ea00698fc1248d4f594caaad2ec94725883839247	03/02/2025 13:55:15	10.210.65.122 iPhone 15 iPhone 15 Cristiano
<b>LUCIANO DE OLIVEIRA JULIAO</b> ✓ CPF [REDACTED] PRESIDENTE bb47cb667447c5bf76b584e6749f61c392b232461db12d0aa562a30b7be45e69	03/02/2025 14:33:45	10.210.65.56 iPhone 15 iPhone Presidente L